



Informações Contábeis Intermediárias em 30 de junho de 2026





Sumário

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO	2
RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS	5
BALANÇOS PATRIMONIAIS	7
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	8
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES	9
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	12
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS	13
1. CONTEXTO OPERACIONAL	13
2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS	14
3. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO	17
4. GERENCIAMENTO DE RISCOS	17
5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS	19
6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	20
7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	20
8. OUTROS CRÉDITOS E ADIANTAMENTOS	22
9. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	22
10. FORNECEDORES	26
11. OBRIGAÇÕES COM PESSOAL	26
12. OUTRAS CONTAS A PAGAR	26
13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDO	27
14. PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS	28
15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	29
16. RECEITA LÍQUIDA	29
17. GASTOS POR NATUREZA	30
18. RESULTADO FINANCEIRO	31
19. RESULTADO POR AÇÃO	31
20. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES	32
21. SEGUROS	32
22. ATIVO DE DIREITO DE USO	32
23. INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES DO FLUXO DE CAIXA	33
24. EVENTO SUBSEQUENTE	34



COMENTÁRIO DE DESEMPENHO

	6M26	6M25	Δ
Receita líquida	43.278	24.397	18.881
Custo de prestações de serviços	(22.739)	(11.863)	(10.876)
Lucro bruto	20.539	12.534	8.005
Margem bruta (%)	47%	51%	4 p.p.
(-) Despesas administrativas e comerciais			
(-) Despesas comerciais	(4.123)	(1.241)	(2.882)
(-) Despesas administrativas	(16.147)	(13.285)	(2.862)
(+) Outras receitas e despesas operacionais	76	-	76
(-) PECLD	(15)	-	(15)
EBIT	330	(1.992)	2.322
Margem EBIT (%)	1%	(8%)	9 p.p.
(+) Depreciação e amortização	18.380	10.488	7.892
EBITDA	18.710	8.496	10.214
Margem EBITDA (%)	43%	35%	8 p.p.

Receita de locação

A Companhia no primeiro semestre de 2026 obteve R\$ 43.278 de receita líquida, no primeiro semestre de 2025 obteve R\$ 24.397 de receita líquida, representando um incremento de R\$ 18.881.

Esse desempenho reflete a consolidação das operações, a expansão da frota e a maturação dos contratos firmados ao longo do exercício anterior, evidenciando a evolução do modelo de negócios e o fortalecimento da presença da Companhia no mercado de locação de veículos 100% elétricos.

EBITDA

A Companhia atingiu EBITDA de R\$ 18.710 no primeiro semestre de 2026, um crescimento de 8 p.p. com relação ao mesmo período do ano anterior, EBITDA de R\$ 8.496.

A melhora substancial do indicador decorre principalmente da consolidação das operações ao longo do exercício, ganhos de eficiência operacional, diluição de custos fixos, maior taxa de utilização da frota e gestão disciplinada de despesas administrativas e operacionais. Esse resultado demonstra a evolução da estrutura operacional e a capacidade de geração de caixa do negócio em sua fase de maturação.

Responsabilidade socioambiental

Desde a sua constituição, a Companhia tem incorporado os princípios de Responsabilidade Ambiental, Social e Governança (ESG) como pilares estratégicos do seu modelo de negócios, alinhando crescimento econômico à geração de impacto socioambiental positivo. A atuação da Companhia está diretamente relacionada à transição energética e à descarbonização do setor de transportes, por meio da oferta de soluções completas de mobilidade elétrica, incluindo frota, infraestrutura de recarga e sistemas de monitoramento e gestão.



Em 2025, a operação contribuiu de forma mensurável para a redução de emissões de gases de efeito estufa, evitando a emissão de aproximadamente 3.000 toneladas de CO₂, resultado diretamente associado à substituição de veículos a combustão por veículos 100% elétricos.

Adicionalmente, a Companhia adota práticas de eficiência energética, monitoramento em tempo real da performance da frota e gestão inteligente da infraestrutura de recarga, assegurando maior racionalização do consumo de energia e transparência na mensuração dos impactos ambientais evitados.

Governança corporativa

A Companhia mantém estrutura de governança orientada por princípios de ética, integridade e transparência. O Programa de Integridade contempla políticas e procedimentos voltados à prevenção de riscos, conformidade regulatória, conduta ética e combate à corrupção.

A Administração entende que a governança sólida é elemento fundamental para a sustentabilidade do negócio, assegurando alinhamento entre gestão, investidores, clientes e demais partes interessadas.

Relacionamento com os auditores independentes

Apesar de não ter capital aberto, a Companhia optou por seguir as melhores práticas de governança corporativa ao contratar auditores independentes para suas informações contábeis intermediárias. Esta decisão visa assegurar a transparência e a precisão dos relatórios contábeis, proporcionando confiança aos investidores, parceiros e outras partes interessadas

A Companhia escolheu a KPMG como auditora para suas informações contábeis intermediárias, reafirmando seu compromisso com a transparência e a conformidade com as melhores práticas contábeis. Os números foram elaborados seguindo os padrões internacionais de relatório financeiro (IFRS) e as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), garantindo consistência e comparabilidade global em suas operações e divulgações financeiras. Esta parceria com uma renomada firma de auditoria fortalece a credibilidade das informações financeiras da Companhia, assegurando aos *stakeholders* uma avaliação precisa e confiável de seu desempenho e saúde financeira.

Declarações da diretoria

Em atendimento ao disposto no inciso II do §1º do artigo 29 e nos incisos V e VI do §1º do artigo 25, ambos da Instrução CVM nº 480/09, pelo presente instrumento, os diretores da EVM Evolution Mobility S.A. ("Companhia") abaixo designados declaram que:



- a) Reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas nas informações contábeis intermediárias da Companhia referentes ao período findo em 30 de junho de 2026; e
- b) Reviram, discutiram e concordam com as informações contábeis intermediárias da Companhia referentes ao período findo em 30 de junho de 2026.



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400 - Conjunto Térreo ao 801 – parte,

Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone 55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações contábeis intermediárias

Aos Diretores e Acionistas da

EVM Evolution Mobility S.A.

São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da EVM Evolution Mobility S.A. (Companhia) em 30 de junho de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, e as notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e apresentação adequada das informações contábeis intermediárias, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo o CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Boards* (IASB), incluindo a IAS 34 - *Interim Financial Reporting*. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). A revisão de informações contábeis intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e, conseqüentemente, não nos permite obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Ênfase

Chamamos a atenção para o fato que parte substancial das receitas operacionais da Companhia são realizadas com apenas dois clientes, conforme descrito na nota explicativa nº 16. Portanto, essas informações contábeis intermediárias devem ser lidas neste contexto. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Conclusão

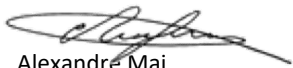
Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, acima referidas, não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações para o período de seis meses findo naquela data e os seus fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os requerimentos do CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, incluindo a IAS 34 - *Interim Financial Reporting*.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período seis meses findo em 30 de junho de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações contábeis intermediárias com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 30 de setembro de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6



Alexandre Mai
Contador CRC 1SP215290/O-4



BALANÇOS PATRIMONIAIS

Ativo	Notas	6M26	12M25	Passivo	Notas	6M26	12M25
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	34.763	19.768	Fornecedores	10	40.390	15.539
Contas a receber de clientes	7	25.180	12.987	Obrigações com pessoal	11	7.048	8.431
Tributos a recuperar	-	1.818	1.560	Tributos a recolher	-	95	26
Outros créditos e adiantamentos	8	13.780	3.093	Passivo de arrendamento	22	612	399
		75.541	37.408	Outras contas a pagar	12	5.409	1.920
						53.554	26.315
Ativo não circulante				Passivo não circulante			
Contas a receber de clientes	7	178	90	Passivo de arrendamento	22	3.186	3.463
Outros créditos e adiantamentos	8	64	50	Outras contas a pagar	12	2.693	2.071
Impostos diferidos	13	3.816	4.875			5.879	5.534
Imobilizado	9	365.721	285.688	Patrimônio Líquido			
Intangível	9	-	2	Capital social	15	395.900	307.300
		369.779	290.705	Prejuízo acumulado	-	(10.013)	(11.036)
						385.887	296.264
Ativo total		445.320	328.113	Passivo total		445.320	328.113

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.



DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

	Notas	6M26	6M25
Receita líquida	16	43.278	24.397
Custos de prestações de serviços	17	(22.739)	(11.863)
Lucro bruto		20.539	12.534
Despesas administrativas	17	(16.146)	(13.285)
Despesas comerciais	17	(4.123)	(1.241)
Outras receitas e despesas operacionais	17	76	-
Perdas esperadas com contas a receber	7	(16)	-
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro		330	(1.992)
Resultado financeiro	18	1.752	1.938
Receita financeira	18	2.040	1.993
Despesa financeira	18	(288)	(55)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos diretos		2.082	(54)
Imposto de renda e contribuição social	13	(1.059)	(384)
Lucro líquido (prejuízo) do período		1.023	(438)
Resultado por ação (em reais)	19	0,00	(0,00)



DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

	6M26	6M25
Lucro líquido (prejuízo) do período	1.023	(438)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultados abrangentes	1.023	(438)



DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	Capital social	Capital social a integralizar	Prejuízos acumulados	Total
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2026		350.000	(42.700)	(11.036)	296.264
Subscrição de ações	15	53.300	(53.300)	-	-
Integralização de capital	15	-	88.600	-	88.600
Lucro líquido do período		-	-	1.023	1.023
Saldo final em 30 de junho de 2026		403.300	(7.400)	(10.013)	385.887
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2025		300.000	(116.600)	(11.859)	171.541
Integralização de capital	15	-	40.000	-	40.000
Redução de capital social a integralizar	15	(11.860)	11.860	-	-
Prejuízo do período		-	-	(438)	(438)
Saldo final em 30 de junho de 2025		288.140	(64.740)	(12.297)	211.103

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**

	Notas	6M26	6M25
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) antes dos impostos diretos	-	2.082	(54)
Depreciação e amortização	9	18.377	10.488
Provisão de bônus	11	(2.626)	(2.029)
Resultado na baixa de ativo imobilizado	17	(76)	-
Provisão de juros sobre arrendamento	22	(221)	-
Perdas esperadas com contas a receber	7	16	-
		17.552	8.405
Fluxo de caixa operacional			
Contas a receber de clientes	7	(12.297)	(8.282)
Fornecedores	10	1.126	771
Obrigações trabalhistas	11	1.243	790
Impostos recuperáveis e a recolher	-	(330)	(659)
Outros créditos e adiantamentos	8	(10.687)	(872)
Outras contas a pagar	12	4.111	2.511
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais antes da aquisição de ativos operacionais		718	(2.664)
Aquisição de ativo imobilizado para locação	23	(74.757)	(24.059)
Caixa líquido gerado pela (utilizado nas) atividades operacionais		(74.039)	(21.395)
Fluxo de caixa das atividades investimentos			
Recebimento pela baixa de ativo imobilizado	17	454	-
Aquisição de investimentos tangíveis e intangíveis	9	(304)	(157)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos		150	(157)
Fluxo de caixa das atividades financiamento			
Pagamento de passivo de arrendamento	22	284	-
Recebimento de aporte de capital	15	88.600	40.000
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		88.884	40.000
Aumento líquido em caixa e equivalente de caixa		14.995	18.448
Fluxo de caixa operacional			
Saldo inicial	6	19.768	9.387
Saldo final	6	34.763	27.835
Aumento líquido em caixa e equivalente de caixa		14.995	18.448

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO**

	6M26	6M25
(+) Receitas	47.687	26.884
Locações de veículos, líquidas de cancelamentos	47.702	26.884
Perdas esperadas com contas a receber	(16)	-
(-) Insumos adquiridos	(11.183)	(5.901)
Custo de locação de veículos bruto (incluindo impostos)	(5.763)	(2.289)
Energia, serviços de terceiros e outras despesas	(5.467)	(3.612)
Perdas na realização de demais ativos, líquidas	48	-
(=) Valor adicionado bruto	36.504	20.983
(-) Retenções	(18.377)	(10.488)
Depreciação e amortização	(18.377)	(10.488)
(=) Valor adicionado líquido produzido pela entidade	18.127	10.495
(+) Valor adicionado recebido em transferência	2.150	2.108
Receita financeiras, bruta de impostos	2.150	2.108
(=) Valor adicionado total a distribuir	20.277	12.603
(=) Distribuição do valor adicionado	20.277	12.603
Pessoal	16.006	12.126
Remuneração direta	11.428	8.715
Benefícios	962	2.758
FGTS	332	415
Outros	3.284	238
Impostos, taxas e contribuições	2.975	860
Tributos federais	1.280	157
Tributos estaduais	1.695	703
Remuneração de capitais de terceiros	273	55
Despesas financeiras	273	55
Remuneração de capitais próprios	1.023	(438)
Lucro líquido (prejuízo) do período	1.023	(438)



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

INTERMEDIÁRIAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1. A Companhia

A EVM Evolution Mobility S.A., denominada “Evmob” ou “Companhia”, é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo e tem por objetivo a gestão e terceirização de frotas 100% elétricas incluindo a disponibilização de veículos, implementos, infraestrutura de recarga e serviços associados.

A Companhia foi constituída em 08 de dezembro de 2023 e iniciou as operações em janeiro de 2024. Durante esse exercício, a Companhia fechou os seus primeiros contratos e está em processo de expansão de suas operações.

A Companhia possui filiais em dois municípios no território nacional e uma filial no Distrito Federal. A Companhia iniciou suas operações em janeiro de 2024. Desde então, a Companhia vem apresentando crescimento acelerado e consolidação de suas atividades, com atuação relevante nos segmentos de rodovias, e-commerce e operações de *last-mile*, atendendo clientes de médio e grande porte.

Como parte de sua estratégia de crescimento e mitigação de riscos, a Evmob vem promovendo a diversificação de sua base de clientes, bem como a ampliação de sua capacidade operacional e de escala, com foco em grandes players e contratos de longo prazo, buscando ganhos de eficiência operacional e diluição de custos fixos.

Com operações no Brasil, a Evmob atua como uma plataforma integrada de eletrificação de frotas comerciais, oferecendo uma solução completa e personalizada para seus clientes. Seu modelo de negócios está baseado na locação de longo prazo, contemplando o fornecimento de veículos elétricos, implementos, infraestrutura de recarga, sistemas de gestão e serviços de suporte operacional.

A proposta de valor da Evmob consiste em viabilizar a transição para frotas elétricas de forma economicamente eficiente, proporcionando redução de custos operacionais, aumento da eficiência logística e diminuição significativa das emissões de carbono, alinhando desempenho financeiro à agenda de sustentabilidade.

A Evmob mantém como diretriz estratégica o compromisso com a transição energética e a mobilidade sustentável, posicionando-se como um agente relevante na descarbonização do transporte comercial e no desenvolvimento de soluções inovadoras para seus clientes.

A Evmob é controlada indiretamente pelo Patria Infraestrutura V Master Fundo de Investimento em Participações, fundo gerido por entidade independente e com ampla experiência em investimentos no setor de infraestrutura.



2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

2.1. Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 – “*Interim Financial Reporting*” emitida pelo IASB “*International Accounting Standards Board*”, aplicáveis à elaboração das informações contábeis intermediárias e também estão apresentadas de forma condizente com as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações.

Todas as informações relevantes estão sendo apresentadas nas informações contábeis intermediárias e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Diretoria em sua gestão.

Estas informações contábeis intermediárias foram autorizadas para emissão pela Diretoria da Companhia em 30 de setembro de 2026.

2.2. Declaração de relevância

A Companhia aplica a Orientação Técnica OCPC 7, atendendo aos requerimentos mínimos, divulgando somente informações relevantes, que auxiliem os leitores na tomada de decisões. Portanto, todas as informações relevantes usadas na gestão do negócio estão evidenciadas neste documento e representando de forma fidedigna sua essência.

2.3. Período das informações contábeis intermediárias

Estas informações contábeis intermediárias têm como base o período de apuração de 1º de janeiro até 30 de junho de 2026, representando todas as transações ocorridas no primeiro semestre de 2026 e devem ser lidas juntamente com as demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

2.4. Moeda funcional e de apresentação

As informações contábeis intermediárias estão apresentadas em Reais mil (R\$), moeda funcional da Companhia, com saldos arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.5. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis

A Administração divulga as premissas e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores a serem reportados de ativos, passivos, receitas e despesas nos períodos subsequentes.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas contábeis que requerem julgamentos são essenciais para produzir a melhor informação possível sobre os resultados e condição patrimonial, mesmo com a subjetividade, complexidade e imprecisão. Não houve mudanças relevantes de estimativas no período. As premissas e estimativas contábeis a serem utilizadas nos períodos subsequentes estão demonstradas nas seguintes notas explicativas:



Estimativa	Nota Explicativa
Mensuração de perdas esperadas com contas a receber de clientes	7
Valor residual e mensuração da vida útil do ativo imobilizado	9
Teste de perda por redução ao valor recuperável (ativo imobilizado)	9
Reconhecimento de ativos fiscais diferidos	13

2.6. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente para os períodos apresentados nessas informações contábeis intermediárias.

2.7. Demonstração do valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios no Pronunciamento Técnico CPC 09 - “Demonstração do Valor Adicionado”. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Evmob por não ser uma companhia de capital aberto não tem obrigação de publicar a DVA, porém a Companhia está divulgando de forma suplementar sem prejuízo das informações contábeis intermediárias.

2.8. Novas normas contábeis e tributárias

I) Reforma tributária

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) nº 132, que instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo no Brasil. A Reforma estabelece a substituição gradual dos tributos atuais por um modelo de Imposto sobre Valor Agregado repartido (“IVA Dual”), composto por um tributo de competência federal, a Contribuição sobre Bens e Serviços (“CBS”), e um tributo de competência subnacional (Estados e Municípios), o Imposto sobre Bens e Serviços (“IBS”), os quais substituirão o PIS, a COFINS, o ICMS e o ISS.

Adicionalmente, foi instituído o Imposto Seletivo (“IS”), de competência federal, incidente sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, conforme critérios que serão definidos por meio de Leis Complementares (“LC”).

A implementação do novo sistema tributário ocorrerá por meio de um período de transição de 2024 a 2032, durante o qual os regimes tributários atual e novo coexistirão, com a redução gradual das alíquotas dos tributos substituídos e o aumento progressivo das alíquotas do IBS e da CBS. Diversos aspectos relevantes da Reforma, incluindo alíquotas, regras de creditamento, regimes específicos e obrigações acessórias, dependem de regulamentação por Leis Complementares, atualmente em fase de discussão no Congresso Nacional.



A Administração da Companhia acompanhou de forma contínua a evolução normativa da Reforma Tributária e concluiu os estudos de avaliação dos impactos financeiros, operacionais e sistêmicos decorrentes da adoção do novo modelo tributário, considerando o seu modelo de negócios, especialmente as operações de locação de veículos elétricos.

Como resultado desses estudos, a Companhia realizou as adequações necessárias em seus sistemas fiscais, contábeis e de faturamento, encontrando-se apta a iniciar a emissão de notas fiscais contemplando os novos tributos IBS e CBS, em conformidade com as regras aplicáveis ao período de transição, bem como com os layouts e exigências atualmente divulgados pelos entes reguladores.

Até a presente data, com base nas informações disponíveis e na regulamentação já publicada, não foram identificados impactos relevantes que afetem significativamente a posição patrimonial e financeira, o desempenho ou os fluxos de caixa da Companhia. Eventuais impactos adicionais poderão ser reconhecidos prospectivamente, à medida que novas Leis Complementares e atos normativos venham a ser editados, os quais continuarão sendo monitorados pela Administração.

II) Normas emitidas pelo CPC/IAS/IFRS efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2026

Apresentação das Demonstrações Financeiras

- Tipo:** Substituição do CPC 26/IAS 1 pela IFRS 18.
- Vigência:** a partir de 1º de janeiro de 2027.
- Objetivo:** Alterar o padrão de apresentação da DRE. As entidades serão obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.
- Status:** A Companhia está se preparando para devida implantação, porém não são esperados grandes impactos da norma nas demonstrações financeiras.

III) Outras normas contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas informações contábeis intermediárias da Companhia:

- Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7); e
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).



3. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

3.1. Política

As informações estão sendo apresentadas substancialmente em relação ao negócio da Companhia, com base na estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas utilizadas pelos principais tomadores de decisão. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho do segmento operacional são os Diretores.

Os ativos, passivos e resultados apresentados nestas informações contábeis intermediárias consideram os itens diretamente atribuíveis ao segmento, assim como aqueles que possam ser alocados em bases razoáveis.

O segmento operacional da Evmob consiste na atividade de locação de veículos elétricos, para que seja concluída a locação dos veículos elétricos pode ocorrer em haver a necessidade de instalação de carregador elétrico e alteração na infraestrutura elétrica. Os gastos com os carregadores e com a infraestrutura elétrica são precificados e diluídos na mensalidade ou cobrado como adicional na locação do veículo, portanto não são considerados como segmento. A Evmob não oferece locação de carregadores e serviços de infraestrutura elétrica isoladamente da locação de veículos.

3.2. Principais clientes

Em 30 de junho de 2026, a Companhia possuía clientes com a representatividade de 16% e 40% do faturamento (13% e 68% respectivamente em 30 de junho de 2026). Seguindo a linha estratégica e redução de exposição centralizada, a Companhia vem trabalhando em contratos de locações com novos clientes reduzindo o risco de dependência financeira.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

É a atividade coordenada para dirigir e controlar a Companhia no que se refere a riscos, mediante a uma estrutura representada por um conjunto de componentes que fornecem os fundamentos e os arranjos organizacionais para a concepção, implementação, monitoramento, análise crítica e melhoria contínua da gestão de riscos através da Companhia.

Os Riscos Financeiros são riscos que decorrem da possibilidade de perdas financeiras pela Companhia e consideram as dimensões de **Riscos de Mercado (juros), de Crédito e de Liquidez**.

4.1. Riscos de mercado (juros)

Decorrem da possibilidade de perdas ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos preços das ações e outros.

Os riscos de taxas juros decorrem das operações de equivalentes de caixa, aplicações financeiras, de empréstimos e financiamentos. Nossa preferência é manter todos os ativos e passivos financeiros atrelados ao CDI (Certificado de Depósito Interbancário). Com o ativo e passível atrelados ao CDI, o nível de risco associado às oscilações nas taxas de juros é relativamente baixo.



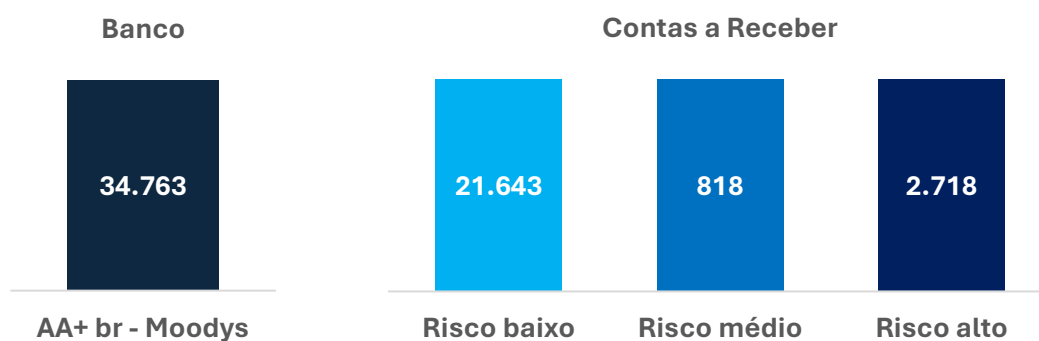
Em 30 de junho de 2026 a Companhia não possuía ativos e passivos financeiros expostos a riscos de taxas de juros.

4.2. Riscos de crédito

Derivam da possibilidade de perda resultante da incerteza quanto ao recebimento de uma contraparte não cumprir uma obrigação financeira prevista em um contrato, gerando perdas para a Companhia. As principais exposições da Companhia são: depósitos em instituições bancárias, aplicações financeiras e contas a receber de clientes.

A Companhia classifica os riscos dos depósitos bancários e aplicações financeiras com bases na Moody's (agência internacional de avaliação de riscos de crédito), para as contas a receber de clientes a Companhia classifica os riscos de crédito de acordo com a política de crédito vigente.

A seguir a exposição da Companhia em 30 de junho de 2026:



4.3. Riscos de liquidez

Decorrem da possibilidade de perda em razão da incapacidade de realização de uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor ou da falta de recursos para honrar os compromissos assumidos em função do descasamento entre ativos e passivos circulantes.

A Companhia gerencia seu fluxo de caixa e liquidez periodicamente, estabelecendo montantes mínimos de caixa baseado no fluxo operacional e fluxo de financiamento, garantindo recurso o suficiente para manutenção de seus compromissos.

Demonstramos os fluxos de caixa contratuais dos passivos financeiros incluindo principal mais os juros futuros estimados quando aplicável estão apresentados conforme a seguir:

	6M26		Em até 6 meses
	Saldo contábil	Fluxo de caixa contratado	
Passivos financeiros			
Fornecedores a pagar	40.390	40.390	40.390
Total de passivos financeiros	40.390	40.390	40.390



5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

5.1. Política contábil

São instrumentos financeiros quaisquer transações que deem origem a um ativo financeiro para a Companhia e um passivo financeiro/instrumento patrimonial a outra entidade.

Os instrumentos financeiros são mensurados ao valor justo classificados em níveis hierárquicos (nível 1, nível 2 e nível 3) e categorizados em métodos de mensuração (custo amortizado, valor justo por meio do resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes).

O valor justo é o valor pelo qual um instrumento financeiro pode ser negociado em uma transação em que não há favorecidos e em que as partes estejam informadas e dispostas a transacionar.

Os níveis hierárquicos determinam a forma de mensuração do instrumento financeiro, são eles:

Nível 1 - Preços observados (não ajustados) para instrumentos idênticos em mercados ativos;

Nível 2 - Preços observados em mercados ativos para instrumentos similares, preços observados para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais inputs são observáveis.

Como resultado desta análise, foram identificadas apenas aplicações financeiras enquadradas no Nível 2.

Nível 3 - Instrumentos cujos inputs significativos não são observáveis.

Abaixo segue o valor justo dos instrumentos financeiros por categoria e seus respectivos níveis hierárquicos.

	6M26		12M25	
	Saldo contábil	Valor Justo	Saldo contábil	Valor Justo
Ativos financeiros				
Mensurados pelo custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	936	936	1.509	1.509
Contas a receber de clientes	25.358	25.358	13.077	13.077
Mensurados pelo valor justo				
Aplicações financeiras com liquidez diária	33.827	33.827	18.259	18.259
Passivos financeiros				
Mensurados pelo custo amortizado				
Fornecedores a pagar	(40.390)	(40.390)	(15.539)	(15.539)
Passivo de arrendamento	(3.798)	(3.798)	(3.862)	(3.862)
Instrumentos financeiros líquidos	15.933	15.933	13.444	13.444



6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

6.1. Política contábil

Caixa e equivalentes de caixa compreendem o caixa e os depósitos bancários à vista que são mensurados a custo amortizado e as aplicações financeiras de curto prazo de liquidez imediata que são mensuradas ao valor justo por meio do resultado.

6.2. Composição

	6M26	12M25
Caixa e bancos		
Depósitos bancários	936	1.509
Aplicações financeiras com liquidez diária	33.827	18.259
Total	34.763	19.768

Em 31 de junho de 2026 a Companhia possuía aplicações financeiras com liquidez diária rentabilizando 100,2% do CDI (100,5% do CDI em 31 de dezembro de 2025).

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

7.1. Política contábil

A composição do saldo de contas a receber de clientes será originada pela locação de veículos e vendas de ativo imobilizado operacionais (ativos que foram utilizados na operação de locação de veículos), no curso normal das atividades da Companhia.

As características, metodologia de reconhecimento e mensuração de cada categoria do saldo de contas a receber de clientes estão demonstradas abaixo:

	Locações de veículos a receber	Venda ativos operacionais a receber	Perdas esperadas de crédito de contas a receber
Características	Contratos de locações de frotas de veículos elétricos de médio a longo prazo de até 10 anos.	Ao fim dos contratos de locação de veículos elétricos a Companhia venderá o ativo utilizado na locação.	As perdas esperadas de crédito são analisadas individualmente, inclusive no momento de precificação de cada projeto.
Reconhecimento	O reconhecimento é feito por medições mensais proporcionais aos dias incorridos de locação.	O reconhecimento é feito quando o cliente recebe o ativo e toma posse dele.	O reconhecimento é feito mensalmente de acordo com análise de liquidez do cliente.
Mensuração	É mensurado ao custo amortizado.	É mensurado ao custo amortizado.	É mensurado ao custo amortizado. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado.



7.2. Composição

	6M26	12M25
Locação de veículos a receber	25.428	13.131
Perdas esperadas	(70)	(54)
Total	25.358	13.077
Ativo circulante	25.180	12.987
Ativo não circulante	178	90
Total	25.358	13.077

7.3. Aging list

	6M26	12M25
A vencer		
Até 30 dias	12.564	4.722
De 31 a 60 dias	5.225	4.687
De 61 a 90 dias	4.209	3.492
Acima de 360 dias	178	90
Total a vencer	22.176	12.991
Vencidos		
Até 30 dias	2.396	128
Até 60 dias	460	5
Acima 90 dias	326	7
Total vencido	3.182	140
Total	25.358	13.131

7.4. Movimentação de perdas esperadas com contas a receber de clientes

Saldo em 01 de janeiro de 2025	(53)
Adições	-
Saldo em 30 de junho 2025	(53)
Saldo em 01 de janeiro de 2026	(54)
Adições	(16)
Saldo em 30 de junho 2026	(70)



8. OUTROS CRÉDITOS E ADIANTAMENTOS

8.1. Composição

A composição do saldo da conta representa adiantamento e custos ou despesas antecipadas realizadas até o período. Esses valores serão apropriados ao resultado ou compensados com o recebimento dos respectivos bens e serviços, conforme sua natureza e competência.

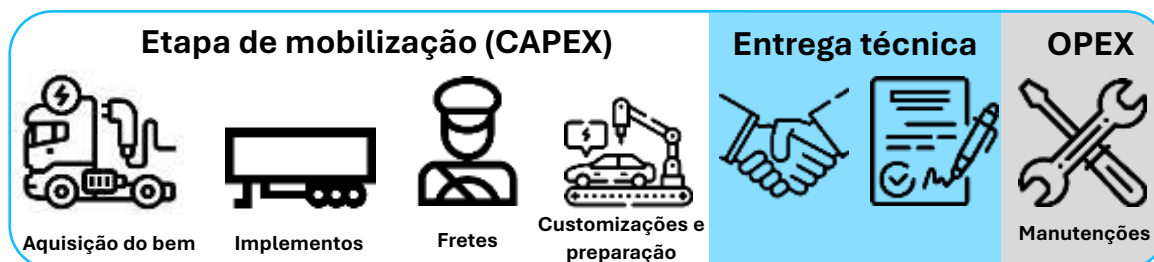
	6M26	12M25
Pessoal		
Adiantamento a colaboradores	428	242
Seguros antecipados	75	22
Operacional		
Fornecedores antecipados	8.070	1.440
Seguro de veículos	322	874
IPVA	4.884	514
Outros	65	51
Total	13.844	3.143
Ativo		
Circulante	13.780	3.093
Não circulante	64	50
Total	13.844	3.143

9. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

9.1. Política contábil

9.1.1. Reconhecimento e mensuração

Todos os ativos imobilizados e intangíveis serão registrados ao custo de aquisição, acrescentados de todos os esforços para colocá-los em operação. Segue exemplificação abaixo da principal classe de ativo imobilizado da Companhia “Veículos Elétricos”:



9.1.2. Mensuração após o reconhecimento

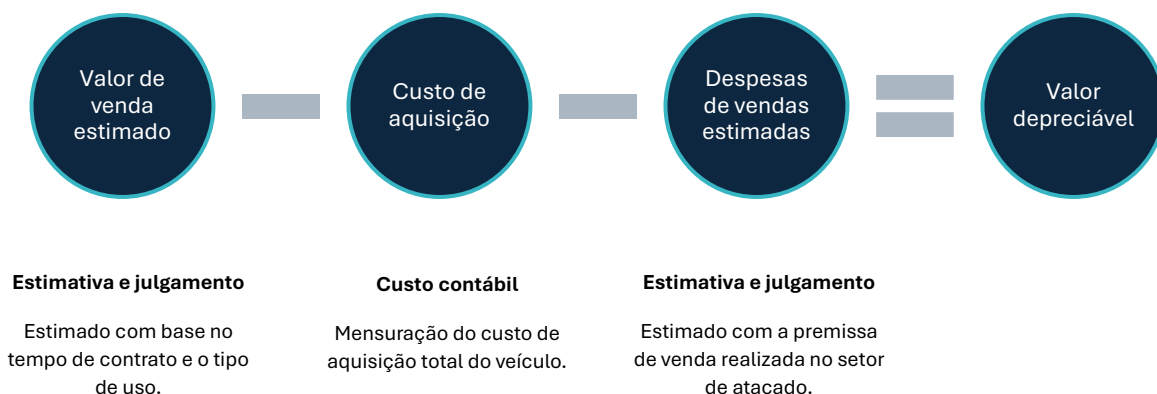
A Companhia reconhece e mensura os ativos imobilizados pelo método do custo, sendo apresentados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*) após entrar em operação.

Para determinar o valor depreciável dos Veículos Elétricos, a Companhia utiliza estimativas e premissas para determinar o valor residual, porém, para as demais classes



de ativo, a Companhia entende não haver valor residual visto que tais ativos são adquiridos para serem utilizados durante toda vida útil do bem.

Seguem premissas adotadas para determinação do valor depreciável dos veículos elétricos:



Depreciação e amortização

Abaixo o resumo de taxa de depreciação e vida útil por classe de imobilizado e intangível:

Bens taxa efetiva a.a. – econômica taxa nominal a.a. – fiscal		
IMOBILIZADO		INTANGÍVEL
Veículos elétricos 2026 - 12,28% 2025 - 12,31% 20 até 33% a.a. 3 até 5 anos Impacto depreciação: Custo	Equipamentos operacionais 2026 - 23,02% 2025 - 19,10% 25% a.a. 4 anos Impacto depreciação: Custo	Software 2026 - 100% 2025 - 63,01% 50% a.a. 2 anos Impacto depreciação: Despesa

A Companhia efetuou o estudo de depreciação em 2025, porém não identificou a necessidade de ajuste. O aumento na taxa efetiva da depreciação econômica refere-se somente a mudança de mix dos veículos na frota.

A diferença entre a vida útil fiscal e a vida útil econômica dos veículos elétricos gera uma diferença temporária de Imposto de Renda e Contribuição Social, devido a vida útil fiscal ser menor. A vida útil econômica dos veículos elétricos é calculada de acordo com o contrato firmado com o cliente, sendo calculada por cada projeto. Esta diferença temporária gera um passivo fiscal diferido.

Redução ao valor recuperável de ativos (*Impairment*)

Sempre que houver indícios de perdas substanciais para um determinado ativo, a Companhia aplicará a análise de redução ao valor recuperável de ativos (*Impairment*) analisando o recuperável e o valor em uso ou valor justo líquido de despesa de venda. Sempre que o valor recuperável for menor, a Companhia registrará esta perda da diferença entre o valor em uso ou valor justo líquido até o valor recuperável.



Como a classe principal do ativo, os Veículos Elétricos são negociados regularmente onde a Companhia acompanha ativamente o seu valor de mercado e o seu recuperável é garantido na precificação do contrato. Logo quando a Companhia firma um contrato o retorno do principal é garantido naquele determinado prazo, por isso a Companhia preferencialmente trabalha com contratos de médio e longo prazo, garantindo todo o retorno do ativo.

Toda perda por valor recuperável será contabilizada como despesa, quando for aplicável.

Baixa de ativos

As baixas de ativos no segmento ocorrem principalmente pelos seguintes motivos: desmobilização por finalização do contrato de locação (transferência para ativos mantidos para venda ou estoque), por perda total do ativo ou por roubo e furto. Abaixo o resumo do impacto no resultado quando houver um desses eventos:

Evento	Impacto
Venda de veículos elétricos	Custo
Venda demais ativos	Despesa
Perda do ativo	Despesa
Roubo ou furto	Despesa



9.2. Composição e movimentação do imobilizado e do intangível

	Movimentação					6M26		
	12M25	Adições	Transferência	Baixas	Depreciação		Custo	Depreciação
Veículos	186.518	3.828	99.549	(378)	(17.394)	272.123	314.717	(42.616)
Equipamentos para locação	4.178	137	-	-	(480)	3.835	5.012	(1.178)
Equipamentos de TI	449	283	-	-	(81)	651	818	(167)
Móveis e utensílios	165	21	-	-	(9)	177	190	(13)
Ativo de direito de uso – Imóveis	3.975	-	-	-	(411)	3.564	4.112	(548)
Imobilizado em implantação	90.403	94.517	(99.549)	-	-	85.371	85.394	-
Total do ativo imobilizado	285.688	98.786	-	(378)	(18.375)	365.721	410.243	(44.522)
Software	2	-	-	-	(2)	-	2	(2)
Total de ativo intangível	2	-	-	-	(2)	-	2	(2)
Total geral	285.690	98.787	-	(378)	(18.377)	365.721	410.245	(44.524)

	Movimentação					6M25		
	12M24	Adições	Transferência	Baixas	Depreciação		Custo	Depreciação
Veículos	137.447	7.676	29.869	-	(10.277)	164.765	178.440	(13.675)
Equipamentos para locação	883	1.770	902	-	(197)	3.358	3.625	(267)
Equipamentos de TI	324	124	-	-	(47)	401	447	(46)
Móveis e utensílios	3	9	-	-	(1)	11	12	(1)
Ativo de direito de uso – Imóveis	-	24	-	-	(12)	12	24	(12)
Imobilizado em implantação	31.647	493	(30.771)	-	-	1.369	1.369	-
Total do ativo imobilizado	170.304	10.096	-	-	(10.534)	169.916	183.917	(14.001)
Software	-	16	-	-	(4)	12	16	(4)
Total de ativo intangível	-	16	-	-	(4)	12	16	(4)
Total geral	170.304	10.112	-	-	(10.488)	169.928	183.933	(10.488)



10. FORNECEDORES

10.1. Composição

O aumento do saldo de fornecedores em 30 de junho de 2026 decorre, principalmente, das aquisições de veículos e implementos destinados à expansão da frota realizadas durante o primeiro semestre, cujos pagamentos ocorrerão de acordo com os prazos negociados com os respectivos fornecedores.

	6M26	12M25
Fornecedores operacionais		
Montadoras e implementadoras	35.981	10.447
Fornecedores de apoio operacional	2.890	4.699
Outros fornecedores		
Outros fornecedores	1.519	393
Total	40.390	15.539

11. OBRIGAÇÕES COM PESSOAL

11.1. Composição

	6M26	12M25
Tributos sobre a folha	1.372	767
Provisão de férias e encargos	1.961	1.323
Provisões de bônus e premiações	3.715	6.341
Total	7.048	8.431

12. OUTRAS CONTAS A PAGAR

12.1. Composição

	6M26	12M25
Depósitos caução de clientes	2.693	2.071
Provisão de contas a pagar	4.414	1.367
Provisão de seguros autogestão	935	494
Outros	60	59
Total	8.102	3.991

Passivo

Passivo circulante	5.409	1.920
Passivo não circulante	2.693	2.071
Total	8.102	3.991



13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDO

13.1. Política contábil

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Se o montante das diferenças temporárias for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributários futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existente, com base nos planos de negócios da Companhia.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

13.2. Composição dos impostos diferidos nos períodos findos em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025:

	6M26	12M25
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	23.812	16.538
Provisão de bônus e premiações	1.136	2.156
Provisão de contas a pagar	794	518
Perdas esperadas com contas a receber de clientes	13	18
Provisão seguro autogestão	318	168
Juros sobre arrendamento	101	26
Despesas com amortização de direito de uso	186	47
Provisão de manutenção preventiva	321	-
Despesa financeira com AVP	76	80
Total de impostos diferidos ativo	26.756	19.551
Depreciação dos veículos (econômica x fiscal)	(22.940)	(14.676)
Total de impostos diferidos passivo	(22.940)	(14.676)
Total de impostos diferidos líquido	3.816	4.875
Ativo não circulante	26.756	19.551
Passivo não circulante	(22.940)	(14.676)
Total de imposto de renda e contribuição social diferido líquido	3.816	4.875

**13.3. Movimentação dos impostos diferidos nos períodos findos em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025:**

Saldo em 31 de dezembro de 2024	6.110
Tributos diferidos reconhecidos no resultado do período	(384)
Saldo em 30 de junho de 2025	5.726
Saldo em 31 de dezembro de 2025	4.875
Tributos diferidos reconhecidos no resultado do período	(1.059)
Saldo em 30 de junho de 2026	3.816

13.4. Conciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social nos períodos findos em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025:

	6M26	6M25
Prejuízo antes dos impostos diretos	2.082	(54)
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social alíquota combinada	(708)	18
Adições Permanentes		
Despesas indedutíveis	(351)	(402)
Imposto de renda e contribuição social alíquota combinada	(1.059)	(384)
Alíquota efetiva	(50,8%)	(725%)
Corrente	-	-
Diferido	(1.059)	(384)
Total impacto dos impostos no resultado	(1.059)	(384)

14. PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS**14.1. Política contábil**

14.2. As provisões de riscos são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência / obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

14.3. Composição e movimentação das provisões

A Companhia não apresentou saldo e movimentação de provisões provável devido a inexistência de processos para riscos tributários, cíveis e trabalhistas. também não há custas ou processos jurídicos passivos com risco de perda possível em 30 de junho de 2026.



15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

15.1. Capital social

Em junho de 2026 foi aprovada e deliberado o aumento de capital da Companhia por meio da aprovação da AGE, passando a ser o capital social de R\$ 403.300 (R\$ 350.000 em 31 de dezembro de 2025) dividido em 403.300.030 (350.000.000 em 31 de dezembro de 2025) ações ordinárias (em unidades), todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. A Companhia em 30 de junho de 2026 possuía o montante de R\$ 395.900 integralizado (R\$ 307.300 em 31 de dezembro de 2025).

16. RECEITA LÍQUIDA

16.1. Política contábil

Os contratos de locação celebrados pela Companhia e seus clientes são de médio e longo prazo (de 4 a 8 anos) em troca de contrapartida de uma contraprestação fixa mensal, faturados mensalmente. A Companhia mede e emite a fatura todo final de mês.

Contemplam o faturamento bruto os seguintes itens: valor locação de veículos, locação extra de carregadores elétricos, taxas administrativas de serviços extraordinários e serviços de intermediações extraordinários. O faturamento está sujeito a glosas (cancelamentos parciais), quando incorridos essas glosas são contabilizadas na rubrica de descontos e cancelamentos. Atualmente sobre a receita bruta de locação deduzida dos descontos e abatimentos incidem impostos de PIS 1,65% (Programa de Integração Social) e COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) 7,60%, e 5% de ISS (Impostos sobre Serviços) nos casos de serviços de intermediação de negócios.

As receitas são reconhecidas quando os benefícios econômicos podem ser mensurados de forma confiável e sua liquidação for provável. As receitas são mensuradas ao valor justo da contraprestação líquida.

Por se tratar de contratos de longo prazo, a receita é reconhecida ao longo do prazo contratual, na medida em que os serviços contratados e os direitos de uso disponibilizados aos clientes são prestados.

16.2. Composição

	6M26	6M25
Receita bruta operacional		
Locação de veículos	47.744	26.876
	47.744	26.876
(-) Deduções		
(-) Descontos e cancelamentos	(41)	(1)
(-) Impostos sobre locações	(4.425)	(2.478)
	(4.466)	(2.479)
Total	43.278	24.397



A Companhia obteve aproximadamente 56% de sua receita de locação provenientes de dois clientes significativos (81% em 30 de junho de 2025) que são operadores logísticos. A Companhia continua prospectando novos clientes e implementando estratégias para diversificar sua base de clientes.

17. GASTOS POR NATUREZA

17.1. Composição

	6M26	6M25
Gastos com pessoal	(16.038)	(12.137)
Gastos com serviços tomados	(4.615)	(2.685)
Serviços de consultorias administrativas	(3.148)	(1.450)
Serviços de representações comerciais	(1.127)	(832)
Serviços de marketing	(340)	(403)
Gastos com a operação e frotas	(25.689)	(13.502)
Depreciação de veículos	(17.869)	(10.425)
Gastos com IPVA	(1.695)	(693)
Gastos com manutenção e suporte à operação	(6.125)	(2.384)
Gastos com infraestrutura	(995)	(895)
Aluguéis, seguros e outros	(177)	(744)
Amortização de direito de uso - imóveis	(414)	-
Depreciação de outros ativos	(94)	(63)
Manutenção, conservação e outros	(310)	(88)
Resultado de veículos baixados	76	-
Recebimento de indenização de veículos	454	-
Custo de veículos baixados	(378)	-
Créditos fiscais	4.313	2.830
Total	(42.948)	(26.389)
Custos de prestações de serviços	(22.739)	(11.863)
Despesas administrativas	(16.146)	(13.285)
Despesas comerciais	(4.123)	(1.241)
Outras receitas e despesas operacionais	76	-
Perdas esperadas com contas a receber	(16)	-
Total	(42.948)	(26.389)



18. RESULTADO FINANCEIRO

18.1. Composição

	6M26	6M25
Receitas financeira		
Rendimentos sobre aplicação financeira	2.003	2.089
Receita com juros sobre recebimentos	160	18
Descontos obtidos	1	2
Ajuste a valor presente	(14)	-
Impostos sobre receitas financeiras	(110)	(116)
	2.040	1.993
Despesas financeira		
Juros sobre arrendamento de direito de uso	(221)	-
Atualização monetárias e juros passivo	(52)	(54)
Descontos concedidos	(15)	(1)
	(288)	(55)
Total	1.752	1.938

19. RESULTADO POR AÇÃO

19.1. Política contábil

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (integralizadas) durante o período. O resultado diluído por ação é calculado somando o efeito de ações que potencialmente podem ser adquiridas em opções de compra de ações/pagamentos baseado em ações. A quantidade de ações em circulação ponderada são as mesmas para o cálculo básico e diluído.

19.2. Composição

	6M26	6M25
Resultado do período:	1.023	(438)
Média ponderada de ações em circulação (em milhares)	355.575	220.956
Resultado por ação:	0,00	(0,00)



20. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Para o período findo de 30 de junho de 2026 a remuneração do pessoal-chave da Administração foi de R\$ 6.906 (R\$ 5.306 em 30 de junho de 2025) a título de remuneração e benefícios de curto prazo. O aumento da remuneração decorre da conclusão da composição do quadro efetivo da Diretoria ao longo do exercício de 2025. Assim, no primeiro semestre de 2026, os gastos com remuneração passam a ser reconhecidos em sua totalidade, refletindo a estrutura completa da administração.

21. SEGUROS

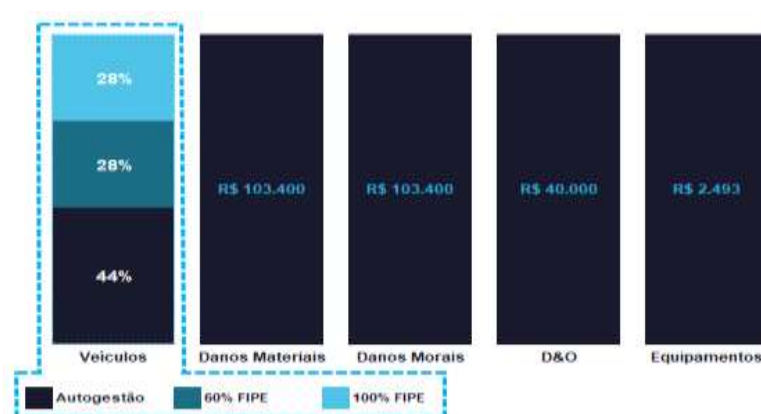
21.1. Política contábil

A Companhia mantém a política de contratar cobertura de seguros para: os bens sujeitos a risco e seguro para os administradores.

Em 30 de junho de 2026, aproximadamente 72% dos veículos estavam cobertos por apólices contratadas com seguradoras, enquanto a parcela não segurada era administrada por meio de autogestão. Para essa parcela, a Companhia reconhece provisão destinada a cobrir as perdas estimadas com sinistros, mensurada com base no histórico de ocorrências, na severidade dos eventos e nos desembolsos esperados, considerando as características e a exposição da frota. A provisão de autogestão está apresentada na Nota Explicativa 12. A exposição residual corresponde a veículos com seguros contratados pelos próprios clientes de acordo com cada contrato.

21.2. Composição

A seguir o limite de cobertura de indenizações dos seguros contratados:



22. ATIVO DE DIREITO DE USO

22.1. Arrendadora

A Companhia atua como arrendadora nos contratos de locações onde transfere o direito de uso dos veículos, equipamentos e carregadores necessários para utilização dos veículos com prazos médios entre 4 e 8 anos, sendo mais comum até 5 anos. Logo esses contratos não representam a maior parte da vida útil destes ativos, no qual podem ser utilizados em mais ciclos de locação ou desmobilizados para renovação de frota. Todos os veículos retornam para a Evmob que por si só tem a responsabilidade de dar um novo direcionamento. Adicionalmente, os veículos podem ser adquiridos ao final do contrato ao valor de mercado vigente na época.



Como arrendador a Companhia apresenta a análise de vencimento dos fluxos de recebimentos bruto previstos ao longo dos anos dos veículos implantados.



22.2. Arrendatário

Direito de uso - Imóveis	6M26	12M25
Passivo de arrendamento no início do período	3.861	-
Adições	-	4.112
Pagamento	(284)	(327)
Juros apropriados	221	77
Passivo de arrendamento no final do período	3.798	3.862
Circulante	612	399
Não circulante	3.186	3.463
Total	3.798	3.862

A taxa de desconto utilizada foi de 13.8% (taxa média de custo de capital da Companhia) por se tratar de arrendamento de imóveis, e não gera crédito de PIS/COFINS.

23. INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES DO FLUXO DE CAIXA

23.1. Política contábil

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas pelo método indireto, são preparadas e apresentadas em conformidade ao pronunciamento contábil CPC 03 (R2) / IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

23.2. Imobilizado operacional

A Companhia compra caminhões e vans para expansão de sua frota e parte destas aquisições não afetam o caixa da Companhia diretamente. Segue abaixo a demonstração dessas aquisições que não tiveram saída de caixa:

Reconciliação das adições do imobilizado com o fluxo de caixa	Notas	6M26	6M25
Adições de veículos do ativo imobilizado	9	3.828	7.676
Adições de equipamentos para locação	9	137	1.770
Adições de veículos em implantação	9	94.517	493
(-) Variação de fornecedores montadoras e implementadoras	-	(23.725)	14.120
Total contratado		74.757	24.059



24. EVENTO SUBSEQUENTE

Emissão de debêntures

Em setembro de 2026, após o encerramento do período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, a Companhia realizou sua 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública sob o rito de registro automático.

A emissão compreendeu 30.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00, totalizando R\$ 30.000 mil. As debêntures foram emitidas em 4 de setembro de 2026, com início de rentabilidade em 28 de setembro de 2026 e vencimento em 17 de novembro de 2026. A remuneração corresponde a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros — DI, acrescida de sobretaxa de 2,65% ao ano.

Os recursos líquidos captados serão destinados a investimentos na aquisição de frota de veículos elétricos e na infraestrutura relacionada, necessários à prestação dos serviços previstos nos contratos de cessão de uso, locação ou disponibilização de veículos elétricos celebrados com os clientes da Companhia, bem como ao reforço de caixa e ao desenvolvimento de suas atividades.

A emissão constitui evento subsequente que não origina ajustes, uma vez que decorre de condições surgidas após 30 de junho de 2026. Consequentemente, nenhum efeito foi reconhecido nos saldos apresentados nestas informações contábeis intermediárias. A operação produzirá aumento do endividamento e dos recursos disponíveis da Companhia a partir da integralização das debêntures.